

A EXPERIÊNCIA DO PATRIMÔNIO ATRAVÉS DA PARTILHA VIRTUAL: UMA PERSPECTIVA DO/SOBRE O OBSERVATÓRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SUDESTE¹

Sabrina Dinola /Unirio, Rio de Janeiro²

Íria Borges/Unirio, Rio de Janeiro³

Rafael Felix/Unirio, Rio de Janeiro⁴

Resumo: Este breve ensaio apresenta a experiência do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste sob as perspectivas de três pessoas envolvidas no projeto, articulando uma leitura transversal das ações que vem sendo realizadas. Partimos da noção de construções de conhecimento em *rede*. Portanto, miramos em uma interlocução colaborativa, que já não é temporária nem provisória, entre pesquisadores e os chamados “detentores” nos processos de construções de conhecimento (cada vez mais permeados por ações de ‘engajamento’ também por parte dos pesquisadores). Chamamos aqui de “território de *memoração*” e de construção de uma “memória de resistência” destes grupos.

Palavras-chave: patrimônio imaterial; memoração; Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste; rede.

1 Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² Sabrina Dinola Gama Silva é doutora em Memória Social (PPGMS/UNIRIO). Atua como professora colaboradora do PPGMS-Unirio e como pesquisadora de pós-doutorado (PPGMS/UNIRIO/FAPERJ). Integra como Supervisora de Pesquisa a equipe do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste.

³ Íria de Carvalho e Borges é bacharel em Ciências Sociais (UFRJ) e mestre pelo PPGMS-Unirio, tendo escrito a dissertação “Mário de Andrade e a poética do colecionamento: entre a etnografia, o patrimônio e conhecimento sensível”. Atua como pesquisadora voluntária a equipe do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste.

⁴ Rafael Rodrigues Felix é bacharel em Museologia (UNIRIO) e especialista em Análise Pericial (Centro Universitário Redentor). Atua como bolsista de apoio técnico da FAPERJ. Integra como Auxiliar Técnico a equipe do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste.

Introdução

Conjugando os pontos de vista de três pessoas diferenciadamente envolvidas no funcionamento e atuação do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste, este breve ensaio se propõe a articular uma leitura transversal da plataforma, deslocando o foco: a partir das manifestações culturais e de seus documentos (por meio dos mecanismos de atualização e de movimentação de conteúdos nas redes sociais), direcionar a atenção numa postura de exercício, não às manifestações e aos grupos em si mesmos, e sim aos impactos iniciais da formação desta rede de pesquisadores parceiros, à medida que as contribuições ao repositório e à difusão das pesquisas vão se acompanhando de diálogos ou interações, dentro e fora do universo acadêmico.

Partindo da observação de que há uma interlocução colaborativa, *que já não é temporária nem provisória*, entre pesquisadores e os chamados “detentores” nos processos de construções de conhecimento (cada vez mais permeados por ações de ‘engajamento’ também por parte dos pesquisadores), nossa proposta é produzir, em diálogo com os relatos e experiências, aquilo que denominamos provisoriamente “território de *memoração*” e de construção de uma “memória de resistência” destes grupos. Como membros da equipe que compõem o Observatório, a nossa ideia é de avaliar, levando em conta o ‘boom’ de plataformas que se intensifica em meio a pandemia de Covid-19, o potencial destas ferramentas digitais na construção de novas formas de circulação e de produção de vínculos, não os pautados pela lógica da mercadoria, mas os que podem ser traçados a partir destes registros das experiências de se ‘partilhar o tempo do outro’.

1. A criação do dispositivo Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste

O Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste surge no ano de 2019 dentro do Laboratório de Memória e Imagem (LABIM) do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da UNIRIO, pertencente ao Grupo de Pesquisa CNPq “Memória, Cultura e Patrimônio” e apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). A patrimonialização é um ato político que assume como finalidade valorizar, fomentar e difundir aspectos da cultura de uma sociedade. Apesar de ser um processo de

escolha que denota uma preocupação com um determinado bem cultural e sua proteção e salvaguarda, é necessário criar condições e dispositivos que possibilitem a transmissão dos saberes dessas culturas e o recrudescimento dos laços da memória coletiva e social presentes nos objetos patrimonializados. Assim nasce a ideia do portal do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste⁵, uma plataforma digital pensada em primeiro momento para ser um mecanismo de acompanhamento da dinâmica das ações patrimoniais na região Sudeste.

Neste instrumento são estabelecidas redes de pensamento e articulação entre colaboradores interessados em contribuir com suas pesquisas, relatos e reflexões de trabalho de campo; em suas atividades laborais, eles nos possibilitam ajustar a conexão entre o público em geral e os detentores do patrimônio. Até o momento, algumas manifestações culturais são observadas, a saber: Capoeira, Congado de Minas, Dança de Salão, Fandango Caiçara, Folia de Reis em Valença/RJ, Jongo no Sudeste, Literatura de cordel, Ofício das Baianas de Acarajé/RJ, Ofício das Paneleiras de Goiabeiras/ES, “Pequena África” no Rio de Janeiro. Dentro desse agrupamento, ainda estão sendo elaboradas as páginas da Dança do samba [Mulheres Passistas de Escolas de Samba do Rio de Janeiro], da “Pequena África” paulistana e das Matrizes do Samba do Rio de Janeiro.

A proposta do projeto visa aproximar as potencialidades presentes no campo do patrimônio cultural na região Sudeste, bem como ampliar e democratizar o acesso à cultura, acompanhar as atividades de cada bem patrimonializado e participar ativamente de debates no campo cultural. O processo de composição do portal do Observatório sofreu diversos reveses por conta da crise sanitária associada à pandemia da Covid-19, em que, embora a primeiro momento, as atividades de entrevistas e contato mais direto com os pesquisadores fossem realizadas de forma presencial, a equipe passou a agir de forma remota respeitando todos os cuidados de higiene e distanciamento social; a partir deste momento, a movimentação dentro do mundo virtual se faz obrigatória e necessária. A mobilização de uma equipe capaz de promover e mobilizar o vínculo entre observadores e seus interlocutores permite diálogos constantes e contínuos para cumprir com os compromissos do projeto, uma vez que todo contato se viu limitado pelas imposições sanitárias da pandemia de Covid-19 a proximidade das relações virtuais se fez uma realidade nas atividades do Observatório.

⁵ Ver portal <http://observatoriodopatrimonio.com.br/site/>.

O momento atual em que novos mecanismos tecnológicos surgem constantemente permite a discussão de novas possibilidades virtuais de atuações do Observatório e seus reflexos dentro de um grupo de pesquisadores envolvidos na seara do patrimônio cultural na região sudeste. A dinamização das redes sociais como Instagram e Facebook⁶ torna imprescindível o acompanhamento dos efeitos socioculturais dentro das comunidades e acarreta uma interação e uma aproximação com o público que amplia os alcances do portal do Observatório, antes idealizado como um espaço de difusão do conhecimento sobre o campo patrimonial realizadas nas universidades.

Neste contexto, por exemplo, surge a proposta de rodas de conversa transmitidas de forma *online* pelo canal do Instagram: neste formato de bate-papo, pesquisadores acadêmicos convidam seus interlocutores para dialogarem sobre temas relacionados ao bem cultural observado e suas relevâncias em assuntos contemporâneos como políticas públicas de salvaguarda do patrimônio e desafios trazidos pela pandemia de Covid-19⁷. Essas transformações no campo da transmissão do saber-fazer cultural apontam o Observatório como uma ferramenta viva na sistematização, compreensão e difusão do acesso ao conhecimento das práticas culturais.

2. Os patrimônios, os registros e as redes

No escopo conceitual do Observatório focalizarmos os processos de patrimonialização, nos referindo alargamento do conceito de patrimônio e seus qualificativos: imaterial ou intangível, genético, químico, natural, entre outros. Ou seja, além dos qualificativos “histórico” e “artístico”, que prevaleceram durante um período, o surgimento de novos qualificativos para a categoria é também expresso na Constituição de 1988 nos artigos 215 e 216 que se referem ao direito a cultura a todos os cidadãos. Tal entrada da diversidade no aparelho constitucional se deu devido as crescentes lutas por direitos culturais, políticos e sociais dentro do país no processo de redemocratização, na esteira da

⁶ Ver página do Facebook do Observatório - <https://www.facebook.com/observatoriopatrimoniocultural/>.
Ver página do Instagram do Observatório - <https://www.instagram.com/observatoriopatrimoniocultural/>.

⁷ Ver *roda de conversa* “Trocando Saberes e Fazeres” de Nina Bitar com Rosa Perdigão, baiana de acarajé e coordenadora geral da Associação Nacional das Baianas de Acarajé (ABAM-RJ) em https://www.instagram.com/tv/CW_qh7lJzoH/.

entrada do conceito de “diversidade cultural” no campo patrimonial e da virada culturalista (Abreu, 2020).

É importante firmar que a história do campo patrimonial corre lado a lado com o registrar, documentar e guardar. No caso do patrimônio imaterial, objeto focalizado pelo Observatório, a etnografia, método consagrado dentro da Antropologia, se fez fundamental nesse processo, assim como formas de materializar o “intangível” através da documentação, do registro e da produção de acervos, por exemplo. O marco institucional referente a imaterialidade do patrimônio e seus registros se dá com o Decreto Federal n. 3551, de 4 de agosto de 2000, instrumento legal valorização dos chamados aspectos imateriais do patrimônio cultural: o inventário dos bens culturais imateriais e o registro daqueles considerados merecedores de uma distinção por parte do Estado.

No entanto, a importância do registro e da guarda podem ser vistos em tempos anteriores. Mencionamos aqui a Missão de Pesquisas Folclóricas, realizada em 1938 no bojo do Departamento de Cultura de São Paulo, cuja direção se encontrava sob o nome de Mário de Andrade, que foi também o idealizador da Missão. Nesse mesmo contexto, há também a Sociedade de Etnografia e Folclore (1936), caracterizada por um trabalho etnográfico de registro em rede. Ambas foram atividades baseadas em pesquisa de campo, visando identificar, registrar e estudar a diversidade cultural brasileira, com intento de formação de acervos e coleções. A Missão, realizada no Norte e Nordeste do Brasil, contou com o registro de músicas, danças, contos e festas, bem como anotações sobre o contexto social e cultural no qual essas manifestações estavam circunscritas, se aproximando de um trabalho etnográfico. A SEF, por sua vez, baseou seu trabalho no estado de São Paulo tendo sido utilizada a ferramenta etnográfica para tais registros que foram feitos em rede a partir de diretrizes contidas em um manual feito para o objetivo.

Em outra instância, os exemplos citados foram iniciativas organizadas com a intenção de alimentar as coleções e arquivos, apresentando técnicas e métodos de coleta e registro próprios, possibilitando assim a pesquisa continuada e a difusão cultural em outro momento. É interessante notar o funcionamento da SEF (cf. Valentini, 2013) no que diz respeito ao compartilhar e tecer conhecimento em *rede*, dinâmica que interessa ao Observatório. Tal perspectiva histórica sobre metodologias de coleta e projetos relacionados ao patrimônio e formação de arquivos foi aqui abordada devido aos interesses de uma das autoras e

colaboradoras do Observatório, oferecendo uma visão mais ampla sobre o construir conhecimento coletivamente. A disposição de percorrer caminhos feitos outrora advém da vontade de mapear categorias e técnicas etnográficas/antropológicas utilizadas nesses projetos que, apesar de datarem em algumas décadas, ainda podem conter algo que precisa ser revisitado, revisado com olhos e objetivos atuais (cf. Borges, 2021).

Contudo, para marcar uma diferença do Observatório em relação aos projetos de ordem coletiva mais clara, é necessário pontuar que os pesquisadores se colocam em primeira pessoa em seus trabalhos e possuem abordagens singulares embora todas dentro do escopo etnográfico. Por conseguinte, ressaltamos a importância da ideia de *rede*. Nesse exercício de pensar essa trama e considerando a potência do Observatório, o que essa ferramenta pode maquinar no campo patrimonial?

3. O Observatório e as novas ações de guarda e partilha no virtual

Como já afirmado anteriormente, a configuração do resultado do trabalho do Observatório se dá em um portal virtual: < <http://observatoriodopatrimonio.com.br/site/>> . O modelo das páginas tem seus enquadramentos, configurando uma ferramenta que possui seus limites e suas vantagens. Segundo Abreu; Dinola & Felix (2022, no prelo):

A estrutura do portal foi elaborada por meio de seções de conteúdos, onde a primeira seção destina-se ao contato do pesquisador-observador com a manifestação estudada, onde ele é levado a discorrer sobre seu processo de pesquisa e o envolvimento com os "detentores", uma entrevista gravada em vídeo, um breve texto sobre a manifestação cultural e o texto principal do observador (dissertação, tese ou similar). A segunda seção é voltada para os "detentores" e suas falas privilegiadas, seja na forma de vídeos, seja na forma de depoimentos, enunciando e visibilizando algumas expressões de modos de saber e fazer. A terceira seção apresenta uma galeria de fotos com imagens expressivas escolhidas pelos pesquisadores. A quarta seção, "Cartografia cultural", visa traçar uma cartografia do ponto de vista dos "detentores" e dos pesquisadores mapeando os territórios onde ocorrem ou onde foram pesquisadas as manifestações em questão. Na quinta seção, apresentamos o calendário, as datas mais importantes e os dados de acesso para aqueles que desejarem conhecer as manifestações culturais. Por fim, na sexta seção, são disponibilizadas em pdf referências consideradas essenciais pelos observadores para aqueles que desejarem pesquisar a manifestação cultural em foco (op.cit., no prelo).

Trata-se de um formato que exige síntese dos observadores, portanto, nesse exercício é selecionado o que há de fundamental nessas manifestações segundo cada pesquisador que foi de encontro ao patrimônio, tecendo relações com seus detentores. Desse modo, é

construída uma narrativa que se apresenta em cada página sobre as manifestações culturais patrimonializadas em alguma instância, seja ela federal registrada pelo IPHAN, estadual ou municipal.

O Observatório é concebido, portanto, não só como ferramenta de guarda virtual e divulgação, mas também como um dispositivo de análise/reflexão sobre o campo ao tecer uma rede de pesquisadores e detentores. Nesse sentido, concebemos a plataforma não como repositório, mas também como mídia a partir das trocas que proporciona. O que marca a passagem de Observatório para laboratório, que além de observação contínua das relações envolvidas nas pesquisas, proporciona a elaboração de novas perspectivas e ferramentas para olhar para as dinâmicas que se formam.

Nesse sentido, é valioso relatar a experiência dos últimos meses em relação ao tecer dessa rede, meses esses referentes ao primeiro semestre de 2022. Considerando a importância da troca de conhecimentos e discussões pertinentes para o exercício pleno da cidadania patrimonial (Lima Filho, 2015), tendo em vista o que almejamos projetar em nossas ações como uma forma de resistir em tempos de recrudescimento das políticas culturais e retirada de direitos no Brasil, traçamos uma convergência temática na criação das páginas, e conseqüentemente, dos debates. Dessa maneira, visamos potencializar os debates no campo cultural ao mover temas pertinentes para a atualidade.

Após um levantamento de pesquisas sobre patrimônios culturais a fim de ampliar a rede para além da Unirio, universidade que abriga o projeto, começou o movimento de trazer para o Observatório o samba, manifestação intensamente presente na cidade do Rio de Janeiro, mas que não deixa de dialogar com outros trabalhos presentes no Observatório – também vinculados às culturas populares negras e, de modo mais amplo, às produções culturais da região do chamado ‘médio paraíba negro’⁸ –, como o Jongo e a Folia de Reis, por exemplo.

Portanto, como ponto de partida, buscamos as Matrizes do Samba carioca, a partir do diálogo com o Museu do Samba, entidade responsável pelo pedido de patrimonialização, pesquisa e produção do Dossiê de Registro desse patrimônio para o IPHAN a partir do

⁸ Região do Vale do Rio Paraíba, envolvendo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

inventário. Como mencionado anteriormente, um grupo de páginas está elaborado: a da Dança do samba (Mulheres Passistas de Escolas de Samba do Rio de Janeiro); “Pequena África” paulistana; Matrizes do Samba do Rio de Janeiro. Tais páginas ressaltam o protagonismo da população negra e sua cultura na construção de manifestações de resistência na dinâmica das cidades, seja no Rio de Janeiro ou em São Paulo.

A partir desses trabalhos, visamos elaborar análise promovida pelo próprio laboratório, a fim de incensar os debates movidos pelas construções da página e da rede, marcando de mesmo modo o Observatório como um laboratório de elaboração metodológica e analítica. Pretendemos a princípio em análise comparativa, apontar distintas narrativas do mesmo tema, evidenciando as divergências e os debates que são inflamados pelos processos de patrimonialização.

Considerando o samba como exemplo: a partir de reunião com Nilcemar Nogueira, idealizadora e criadora do Centro Cultura Cartola, atual museu do samba, nos foi relatado que para a criação do dossiê houve diversos conflitos devido a diversidade e muitas vezes desencontro de perspectivas sobre a mesma manifestação cultural.

Dentro do mesmo escopo temático, além da feitura da página das Matrizes do Samba Carioca a partir do diálogo com o Museu do Samba, trazemos também a narrativa sobre o samba pelo viés do gênero a partir da experiência das mulheres que carregam e exercem pelo corpo o Samba no pé, a dança. Tal trabalho sobre as mulheres passistas foi realizado pela pesquisadora Bárbara Pereira, trazendo a luz questões como o gênero ao entrar nas trajetórias e memórias das mulheres do Samba no pé no Rio de Janeiro.

É interessante notar que assim como há uma convergência temática, as cartografias culturais, conceito presente na construção das páginas, se sobrepõem: o samba se desdobra em música, dança, roupas, rituais, relação com o sagrado. Tais manifestações apontam para um circuito territorial que se localiza principalmente no centro da cidade e no subúrbio carioca. No tocante a espacialidade das manifestações culturais, por exemplo, o samba, que foi criado na ebulição cultural da Pequena África acompanha a linha de trem da capital carioca.

E o contraponto: a “Pequena África paulistana”, página baseada na pesquisa de Tadeu Kaçula. Embora, seja denominado “samba” e possuir aspectos similares, é manifestação que se deu em uma cidade com processo de urbanização e dinâmicas sociais diferentes das do

Rio de Janeiro. A partir dessas observações, podemos nos perguntar: quais as diferenças e continuidades? Como o samba foi moldando o território? Qual é o impacto do samba nas dinâmicas sociais e na cidade? Quais as práticas podem ser trocadas entre os sambistas? Entre os pesquisadores?

*

Concluindo, a partir das ações iniciais do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste, trata-se agora de também focarmos nas possibilidades e nos desafios que decorrem das novas formas de armazenamento, preservação, disponibilização e disseminação das manifestações populares. As investigações iniciais nos instigam a pensar de que modo a digitalização dos materiais vinculados às manifestações populares e à virtualização das performances populares podem promover “circulações” e novos vínculos capazes de transformá-lo novamente em rodas, em danças, em repertórios. Ou seja, tomando como base as ações do Observatório, abre-se a possibilidade de investigar as iniciativas digitais de pesquisa em políticas públicas de patrimônio imaterial, buscando problematizar o registro de performances em arquivos digitais.

De modo geral, as ações aqui citadas apontam para uma complexidade sempre presente nos processos de transição digital, seja ela enfrentada de forma consciente ou não nas práticas de conversão e/ou disponibilização de dados digitais. Mas tais ações também nos indicam formas e ferramentas para o enfrentamento dessa complexidade: a interação dialógica e simétrica entre atores/pesquisadores, bem como a correlação de saberes intensamente plurais.

Referências

- ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal: Estratégias de Consagração no Brasil**, RJ, Ed. Rocco, 1992.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. v. 1. 316p.
- ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. *In*: TARDY, C.; DODEBEI, V. (Org.). **Memória e Novos Patrimônios**. 1ª edição, Marseille: OpenEdition Press, 2015.
- ABREU, Regina; DINOLA, Sabrina. Desafios da patrimonialização do imaterial no caso da prática performativa do "jongo". *In*: **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 4, p. 33-48, 2017.
- ABREU, Regina; DINOLA, Sabrina; FELIX, Rafael. **Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste: relato de uma experiência de “Memoração” do Patrimônio Cultural**. (no prelo).
- BORGES, Íria. “**Mário de Andrade e a poética do colecionamento: entre a etnografia, o patrimônio e o conhecimento sensível**”. Orientadora: Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu. Coorientadora: Sabrina Dinola Gama Silva. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2021. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss%20478.pdf>
- DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. *In*: TARDY, C.; DODEBEI, V. (Org.). **Memória e novos patrimônios**. 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidadania Patrimonial. *In*: Revista ANTHROPOLÓGICAS Ano 19, 26(2):134-155, 2015.
- VALENTINI, Luísa. **Um laboratório de antropologia: O encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss**, Editora Alameda, São Paulo, 2015.